

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL

LÉCIO CORDEIRO DE SOUZA

O CAMINHO DAS PEDRAS: O OFÍCIO DA CANTARIA NO RECIFE
OITOCENTISTA (1837–1850)

RECIFE – PE

2022

LÉCIO CORDEIRO DE SOUZA

**O CAMINHO DAS PEDRAS: O OFÍCIO DA CANTARIA DO RECIFE
OITOCENTISTA (1837–1850)**

Relatório técnico para apresentação de produto à banca do Mestrado Profissional em História, da Universidade Católica de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena

S729c Souza, Lécio Cordeiro de
O caminho das pedras : o ofício da cantaria no Recife oitocentista (1837-1850) / Lécio Cordeiro de Souza, 2022.
38 f. : il.

Orientador: Paulo Henrique Fontes Cadena
Relatório técnico (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Programa de Pós-graduação em História. Mestrado Profissional em História, 2022.

1. Recife - História. 2. Pedras para construção. 3. Cantaria.
I. Título.

CDU 981.34

Pollyanna Alves - CRB4/1002

LÉCIO CORDEIRO DE SOUZA

O CAMINHO DAS PEDRAS: O OFÍCIO DA CANTARIA DO RECIFE OITOCENTISTA
(1837–1850)



Prof. Dr. Paulo Henrique Fontes Cadena – UNICAP

Orientador



Prof. Dr. Walter Valdevino do Amaral – UNICAP

Avaliador interno



Prof. Dr. Jucieldo Ferreira Alexandre – UFCA

Avaliador externo

Recife, 31 de agosto de 2022

AGRADECIMENTOS

Todo agradecimento por trabalho longo é um risco de injustiça. Corremos o risco de negligenciar alguém que, apesar de importante, por alguma razão não incluímos na lista. Em todo caso, não há espaço para todos os nomes, pois, sendo a vida uma construção inteiramente coletiva, nos vemos diante de uma lista interminável e, por isso mesmo, potencialmente injusta. Então agradecerei especialmente àqueles que compartilham comigo cotidianamente esta caminhada.

Dito isto, agradeço a Deus pela vida e por ter vindo amparado, protegido e amado por um círculo familiar bastante motivador.

Com muito amor e gratidão, agradeço à minha mãe, Maria do Carmo, e ao meu pai, Hamilton Martins, que prepararam os filhos, desde cedo, para trilhar o caminho da verdade. Mostraram que as pedras do caminho forjam caráter, dignidade e respeito.

Agradeço, também, ao professor doutor Paulo Cadena, meu orientador, que desde o primeiro momento abraçou com entusiasmo a proposta deste trabalho. Com suas orientações, o caminho ficou seguro.

Agradeço a Luiz Mário, com quem aprendi que o caminho das pedras tem flores e espinhos. Por isso, quem somente olha as pedras e os espinhos não contempla a beleza das flores.

Por fim, com muito amor e profunda admiração, agradeço a Paula, minha bela, melhor companhia para trilhar qualquer caminho. E, agradecendo a ela, chego a Pedro, nosso filho, meu professor de vida, inocência e amor. Vocês são o começo e o fim de tudo o que faço. Eu amo a vida de vocês. Eu louvo e celebro a vida de vocês.

RESUMO

O tema deste trabalho é o ofício da cantaria no Recife da primeira metade do século XIX. Durante a presidência de Francisco do Rego Barros (1837–1844), a cidade passou por intensa transformação material para se assemelhar a metrópoles europeias. Essa mudança se processou sobretudo na realização de diversas obras públicas, nas quais se empregaram, em geral, pedras importadas. Partimos da hipótese de que essas importações sinalizam o apogeu e o declínio da cantaria no Recife entre os anos de 1837 e 1850, o que restou evidenciado na análise dos dados. O objetivo, portanto, é compreender como se deu esse percurso. Assim, utilizando Ginzburg e Poni (1989) como suporte teórico-metodológico principal, analisamos as importações de pedras publicadas pelo *Diario de Pernambuco* e pelo *Diario Novo*, mapeamos a rede que relaciona os consignatários das cargas e focamos nos embates que envolveram a cantaria durante a construção do Teatro de Santa Isabel (1841-1850), expoente máximo da modernização recifense, inaugurado em 1850. Destinado ao público geral, sobretudo historiadores, turismólogos e arquitetos, o produto é um livro de divulgação com título homônimo.

Palavras-chave

Província de Pernambuco; ofícios mecânicos; cantaria.

ABSTRACT

The subject of this research is stonemasonry in Recife, Brazil, in the first half of the 19th century. During the term of Francisco do Rego Barros (1837–1844), then president of the province of Pernambuco, the city went through intense material transformations to take on the resemblance of European metropolises. This change took place mainly in the construction of public buildings, which usually made use of imported stones. Our hypothesis, later confirmed by the analysis of the available data, is that stone imports mark the apogee and decline of stonemasonry in Recife between 1837 and 1850. The objective of this research, thus, is to understand how this process came about. Therefore, resorting to Ginzburg & Poni (1989) as our main theoretical and methodological framework, we examined stone import records published by *Diario de Pernambuco* and *Diario Novo* and mapped the links between cargo consignees. Furthermore, we delved into the confrontations involving stonemasonry during the construction of the Teatro de Santa Isabel (1841-1850), the most prominent landmark in the modernization of Recife. Designed both to the layman public and to experts of several fields of study — especially History, Tourism, and Architecture — the final product of this research is a homonymous printed book.

Keywords

Province of Pernambuco, craftsmanship, stonemasonry.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	8
2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	12
3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO.....	23
4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO.....	24
5. APLICAÇÃO DO PRODUTO.....	25
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES.....	27
8. BIBLIOGRAFIA.....	29
9. APÊNDICE.....	35

1. INTRODUÇÃO

Em agosto de 2020, o Cruzeiro do Alto da Sé, em Olinda, foi depredado por um vândalo. Para reerguê-lo, a sociedade civil e a prefeitura da cidade firmaram um Termo de Compromisso proposto pelo Ministério Público de Pernambuco. O documento também foi assinado por Hamilton Martins, que foi contratado para executar o serviço. Especialista em restauro de cantarias, Hamilton é um dos últimos artífices desse ofício em atividade em Pernambuco. Na ação de restauro, concluída em janeiro de 2021, um dado curioso chamou a atenção: na ausência da pedra natural, o arenito marinho, o mestre produziu uma argamassa à base de sílica para confeccionar uma “pedra artificial”¹. Quase duzentos anos atrás, outro mestre canteiro executou diversos trabalhos pelo Recife nos quais defendia a substituição das pedras de cantaria naturais pelas artificiais, que produzia com argamassa à base de cal. Hoje sabemos que o ofício da cantaria está praticamente extinto no Estado de Pernambuco (ZERBETO; TORRES, 2012). Mas basta olhar boa parte do nosso patrimônio material construído, como as diversas igrejas erguidas no Período Colonial e no Império para perceber que a pedra era item fundamental nessas construções.

Tecnicamente, **cantaria** é a arte de lavrar pedras com vista à estruturação e ornamentação das fachadas e elementos internos de edificações. Trate-se de uma das mais antigas técnicas de construção (LLERA, 2006). Utilizada por diversos grupos desde a Pré-História, foi introduzida em Pernambuco no início da dominação Portuguesa, ainda na primeira metade do século XVI, e largamente utilizada nas construções até meados do Oitocentos, quando entrou em declínio. Data desse período a construção do Teatro Municipal, mais tarde denominado Teatro de Santa Isabel (1841-1850), o teatro monumento no qual se utilizaram pedras de cantaria importadas de Portugal, as quais foram causa de inúmeros embates travados no canteiro de obras e na cena política recifense dos anos que antecederam a Revolução Praieira (1848-1849). Nos jornais, essas contendas foram largamente registradas em artigos anônimos, como o famoso *A engenharia entre nós*, assinado por *O Philopatria*². O tema desta pesquisa, portanto, é o ofício da cantaria no Recife da primeira metade do século XIX. O objetivo

¹ Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/pernambuco/noticia/2020/12/06/alvo-de-vandalismo-cruzeiro-do-alto-da-se-ganha-plano-de-restauracao-em-olinda.ghtml>. Acesso em: 16 de maio de 2022.

² HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 16 de novembro de 1841.

principal: entender o movimento que levou ao auge e ao declínio das pedras e do ofício nesse período.

O *Diccionario da Lingua Portugueza* composto pelo padre D. Rafael Bluteau (1789, p. 227) registra o verbete *canteiro* como o “oficial que lavra pedras de cantaria”, isto é, “a pedra lavrada regularmente para edificio nobre”. O emprego do adjetivo *nobre* pelo lexicógrafo chama a atenção. Na mesma obra, tal verbete remete o consulente ao que é distinto, conforme a lei, “dos populares e plebeus, ou mecânicos” (idem, p. 116). O emprego da vírgula sugere equivalência entre os substantivos *plebeus* e *mecânicos*. De fato, Bluteau define *plebe* como “povo miúdo, a gentalha” (idem, p. 208) e *mecânico* como “não nobre” (idem, p. 66). Ainda neste último verbete, o padre consagra a oposição entre *artes mecânicas* e *liberais*: “artes mecânicas, opostas às liberais, são todas as de manufacturas; de sapataria, alfaiates, chapeleiros, carpinteiros, etc. todas as que se não aprendem por princípios científicos”.

A historiografia registra que os primeiros artífices canteiros, ou cantéis, como também eram chamados os artífices mecânicos que labutavam nesse ofício, chegaram à capitania em 1535, trazidos por Duarte Coelho (ARAÚJO, 2003). A partir daí a pedra lavrada marcou materialmente construções erguidas nas vilas da capitania. Inicialmente, a pedra utilizada foi o calcário, mas diversos fatos contribuíram para a passagem (do século XVI para o XIX) da pedra calcária para a arenítica — proveniente dos arrecifes — e desta para a pedra lioz importada de Portugal (MARTINS, 2013b), considerada, em geral, nobre e de superior qualidade.

A historiografia é consensual ao afirmar que, durante o governo de Francisco do Rego Barros como presidente da província (1837-1844), o Recife passou por uma intensa transformação material, cujo objetivo era remodelar seus aspectos físicos e estéticos à imagem das principais cidades europeias, como Paris e Londres. Logicamente, essa transformação se processou sobretudo no campo da construção civil, quando foram implementadas, em outubro de 1839, as Posturas Adicionais, que dispunham sobre a “architectura, regularidade e aformoseamento da cidade”³.

A nova lei repercutiu diretamente em diversas obras públicas, como a construção do Teatro Municipal, mais tarde denominado Teatro de Santa Isabel. Nesse contexto, os oficiais mecânicos experimentaram diversas demandas laborais, inclusive concorrendo com os artífices estrangeiros que formavam a Companhia de Operários. Contratados diretamente pelo

³ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 31 de outubro de 1839.

presidente, esses artífices vieram com dois objetivos principais: morigerar os trabalhadores locais e lhes ensinar os ofícios (CORD, 2012; 2020).

A análise de dados coletados no *Diario de Pernambuco* e no *Diario Novo*, disponibilizados na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, indica que a importação de pedras era uma prática econômica e política de membros da elite pernambucana. Identificamos, por exemplo, políticos, senhores de engenho e traficantes de escravos, todos capitalistas envolvidos com a importação e com as obras públicas, nas quais investiam seus capitais em troca de inúmeras benesses (ALBUQUERQUE, 2016). Ao que parece, essa atividade representou um alargamento comercial, porquanto se mostrou um filão bastante rentável. Partimos da hipótese de que o ofício da cantaria teve seu apogeu no Recife com a campanha modernizadora implementada pelo presidente Francisco do Rego Barros, quando se realizaram diversas obras públicas nas quais se utilizaram pedras de cantaria importadas. Segundo o historiador Bruno Alves (2021), a modernização pretendida se processou sobretudo por meio do fortalecimento da Repartição de Obras Públicas, que, a partir de 1839, passou a contar com 195 artífices estrangeiros, dirigidos inicialmente pelo engenheiro alemão Augusto Kersting, depois pelo engenheiro francês Louis-Léger Vauthier. Mas, com a saída de Rego Barros do poder e a ascensão do governo liberal em 1845, o jogo virou e, como veremos, a cantaria entrou em vertiginoso declínio.

Tanto os estrangeiros quanto a Repartição de Obras Públicas foram duramente atacados em artigos críticos publicados principalmente no *Diario Novo*, principal jornal de oposição ao governo. O foco das críticas era, sobretudo, o excesso de estrangeiros empregados nas obras públicas e o exclusivismo que Rego Barros deu nas obras aos comerciantes de grosso trato e grandes empreiteiros simpatizantes dos ideais conservadores (CARVALHO; CÂMARA, 2011; MARSON, 1980). Na prática, essa preferência significava a exclusão dos pequenos empresários e liberais. Bruno Alves (2021) conclui que, a partir de 1842⁴, sob a direção de Vauthier, a Repartição de Obras Públicas passou a ser ainda mais atacada pelos liberais como reduto de corrupção, e em 1845, com a ascensão dos liberais ao governo, sofreu em verdadeiro desmonte, afinal representava o ímpeto modernizador de Rego Barros que se pretendia apagar.

⁴ Em 1842, os liberais criaram o Partido Nacional Pernambucano para fazer frente aos conservadores. Chamados de *praieiros*, os liberais fundaram o *Diário Novo*, cuja impressão era feita pela Tipografia Imparcial, localizada na Rua da Praia. O apelido *praieiro* remonta, portanto, ao endereço da tipografia. Mas, segundo Carvalho e Câmara (2011), há fortes indícios de que haveria um sentido pejorativo no nome, considerando que as praias e as margens dos rios eram locais onde se despejava todo tipo de entulho, inclusive as fezes e a urina proveniente das casas.

Na nossa análise, vimos que o declínio da cantaria está intimamente relacionado à desaceleração das obras públicas e à atuação dos artífices estrangeiros. Dessa forma, nosso objetivo geral foi compreender como se deu esse percurso de apogeu e queda do ofício entre os anos de 1837 e 1850, quando o Teatro de Santa Isabel foi inaugurado, a última grande obra pública da primeira metade daquele século em que se utilizou largamente pedras de cantaria importadas. Para alcançar essa meta, fizemos um panorama do Recife daqueles anos, analisamos os registros de importação de pedras feitos na Alfândega, mapeamos a rede que relacionava os consignatários das cargas e focalizamos a atuação de dois mestres artífices que vieram com a Companhia de Operários e trabalharam no Teatro de Santa Isabel, exemplo máximo da campanha modernizadora empreendida por Rego Barros.

A análise dos registros de importação mostrou que, a partir de 1842⁵, o consignatário dos produtos importados passou a ser identificado. Esse dado foi de grande relevância, pois, ao nos revelar o nome dos importadores, nos permitiu prosseguir na busca pelo “como” (GINZBURG; PONI, 1989), isto é, quem eram, com quem se relacionavam, o que queriam com as pedras, etc. Com esses dados, foi possível compreender de que maneira a importação de pedras de cantaria se associou à atuação de membros da elite econômica recifense, como José Ramos de Oliveira e Angelo Francisco Carneiro, ambos capitalistas e famosos traficantes de cativos. A análise dos documentos revelou que, no curto espaço de aproximadamente três anos⁶, José Ramos de Oliveira importou, ao todo, 613 pedras. Após sua morte, ocorrida em 7 de julho de 1846, encontramos Angelo Francisco Carneiro como principal consignatário das pedras de cantaria importadas. Entre 14 de maio de 1847 e 12 de março de 1849, ele recebeu, ao todo, 190 pedras. Seguindo os fios e os rastros, como propõe Ginzburg e Poni (2006), concluímos que o destino dessas pedras era o Teatro de Santa Isabel. Isso mesmo: as pedras que ali vemos foram compradas com o dinheiro proveniente do tráfico.

Com um pouco de perspicácia, encontramos no *Diário de Pernambuco* o mesmo José Ramos de Oliveira em diálogo com o engenheiro francês Louis-Léguer Vauthier, por meio de ofícios e relatórios referentes às obras do teatro. Do mesmo modo, ainda na proposta de Ginzburg e Poni (1989), a busca pelo nome do engenheiro o conectou a outro importante

⁵ No dia 2 de abril de 1842, foi registrada a importação de duas pedras de cantaria em nome de Victorino José de Souza Travassos. Até então, havia apenas um consignatário para toda a carga da embarcação. Cf. HEMEROTECA DIGITAL. *Diário de Pernambuco*. Recife, 2 de abril de 1842.

⁶ O primeiro registro de importação de pedras feito em nome de José Ramos de Oliveira foi publicado no *Diário de Pernambuco* do dia 29 de novembro de 1843. A última ocorreu em 13 de janeiro de 1846.

personagem dessa história: Francisco Antônio de Oliveira, o Barão de Beberibe. Nesse cenário, percebemos os quase dez anos de construção do teatro, uma verdadeira epopeia marcada por controvérsias, sendo a pedra importada diversas vezes referida como causa do atraso.

Adicionalmente, para alcançar os objetivos propostos lançamos mão de diversos estudos que se dedicaram à historiografia do trabalho na América Portuguesa e no Império do Brasil, como os estudos de Bruno Alves (2021), Roberto Araújo (2003), Renata Barbosa (2015), Marcelo Mac Cord (2005, 2009, 2012, 2013, 2014 e 2020), Henrique Nelson da Silva (2010), entre outros, que abordaram seus objetos na ótica da história *vista de baixo*. No entanto, todos eles tangenciam (ou ignoram) a participação dos oficiais canteiros, envolvendo-os todos sob a designação genérica de *oficiais mecânicos*.

Desse modo, a ausência da cantaria e dos canteiros nessa historiografia é o ponto de partida para justificar a importância desta pesquisa na perspectiva acadêmica e científica. Esse pioneirismo se justifica, também socialmente, pois traz à luz dados de grande relevância sobre um dos ofícios mecânicos mais importantes para a construção do Recife Oitocentista e proporciona, certamente, pistas para a compreensão do processo que levou a sociedade hodierna a construir utilizando o concreto armado nas estruturas e o porcelanato nos revestimentos, pois essas funções eram dadas às pedras.

Por fim, do ponto de vista pessoal, este trabalho tem relevância subjetiva para mim, que conheci a técnica do ofício ainda na infância por meio do meu pai, Hamilton Martins de Souza, um dos poucos mestres canteiros em atividade no século XXI. Desde criança, sinto curiosidade pela história desse ofício que, apesar da dureza, do peso e do pó das pedras, foi a fonte que tantas vezes proporcionou conforto, alimento e estudo para mim e meus irmãos.

2. DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Como nosso produto tem como foco o público geral, não necessariamente com formação em História, optamos por iniciar a abordagem lançando uma visão ampla sobre os diferentes usos que a humanidade deu às pedras ao longo do tempo. Assim, para situar o leitor no contexto e contribuir para a sua compreensão acerca do ofício da cantaria e sua importância para a humanidade, optamos por iniciar nosso percurso a partir da pré-História, quando os

primeiros humanos utilizaram a pedra tanto para se proteger das intempéries quanto para se expressar, seja por meio de pinturas, seja por meio de inscrições em baixo-relevo. Desse breve percurso pela pré-História, passamos para a Antiguidade e, na sequência, para a Idade Média. Nessa rápida revisão, utilizamos como fonte principal o trabalho de Ramón Llera (2006), um suporte bastante útil sobretudo por fundir História e Arquitetura. Em sua abordagem, Llera traça um panorama sobre a evolução da concepção arquitetônica e construtiva desde a pré-História, conferindo destaque, sempre que oportuno, à utilização das pedras em diversas partes do mundo. Ainda que breve, essa passagem foi importante para familiarizar o leitor com sentidos imanescentes às pedras utilizadas em construções, como a percepção de eternidade que as envolve desde os egípcios.

Na sequência, para abordar o ofício da cantaria na América Portuguesa, utilizamos uma historiografia mais ampla, coletando em diferentes trabalhos os dados interessantes capazes de suprir nossas indagações. A diversidade historiográfica decorre da especificidade do tema, posto que, como dissemos na introdução, os diversos estudos que se dedicaram ao trabalho manual — tanto no Brasil Colônia quanto no Império — não o abordam diretamente. Apesar da presença marcante da pedra nas construções brasileiras dos três primeiros séculos, nesses trabalhos, encontramos escassas referências à cantaria e aos artífices canteiros, o que reforça, como dissemos, as justificativas social e científica desta pesquisa. Assim, boa parte das informações que trazemos sobre a cantaria têm como base o paradigma indiciário (GINZBURG, 1994), isto é, são inferências feitas a partir de dados levantados sobre outros ofícios mecânicos. Na prática, esbarramos nas mesmas dificuldades de todos aqueles que se dispuseram a adotar o ponto de vista dos vencidos, a história vista de baixo (*history from below*, como diria Thompson), trazendo “ao centro da cena a experiência de grupos e camadas sociais antes ignorados” (LUCA, 2008, p. 113). Seguimos todos nós na esteira das mudanças historiográficas que, a partir das duas últimas décadas do século XX, modificaram a percepção dos historiadores a respeito das experiências dos escravizados, dos libertos e livres pobres que compartilharam os mesmos locais de trabalho ao longo da escravidão. As pesquisas realizadas nessa perspectiva trouxeram uma nova abordagem, a história social do trabalho, e possibilitaram a renovação dos estudos a respeito do trabalho no Brasil Oitocentista, refletindo sobre a experiência individual e coletiva desse universo de trabalhadores e trabalhadoras. Ou seja, a história social do trabalho é uma das possibilidades de fazer história a partir do ponto de vista desses agentes. Assim, saímos das fábricas, das instituições e entramos no universo

cultural deles, a rua como local de trabalho e sociabilidades, o canteiro de obras, entre outras abordagens possíveis (ALVES, 2021, p. 19).

Um dos trabalhos mais importantes para garimpar dados foi o do professor Roberto Dantas de Araújo (2003), que já apontava na sua justificativa a negligência historiográfica sobre os artífices mecânicos e a natureza das técnicas construtivas e dos materiais utilizados nas construções feitas em Igarassu, Olinda e Recife durante o Período Colonial. Além de dados específicos sobre as pedras utilizadas nessas cidades, sua pesquisa nos forneceu importantes referências sobre os métodos construtivos e o uso precoce do tijolo, apontado, também, por José Antônio Gonsalves de Mello (1987). Nesta tese, portanto, o autor procura compreender a organização dos artífices mecânicos envolvidos na construção da Capitania de Pernambuco e a “evolução” dos métodos e materiais construtivos empregados por eles. Para isso, utilizou dados coletados no Arquivo Ultramarino, no Arquivo da Prefeitura de Salvador, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, No Arquivo Público Mineiro, no Setor de Manuscritos da Biblioteca Nacional, no Arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Pernambuco (Iphan/PE), no Arquivo Público Estadual João Emerenciano (Apeje), no Fundo Geral do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano (IAHGP), no Arquivo do Convento de Santo Antônio do Recife, no Arquivo da Cúria Metropolitana do Recife, entre outros. Na busca pela reconstrução desse passado, o autor traz importantes dados sobre uma das irmandades de artífices mecânicos mais importantes no Setecentos: a Irmandade de São José do Ribamar, confraria leiga que reuniu artífices que labutavam nos quatro ofícios anexos (pedreiro, carpinteiro, marceneiro e tanoeiro).

Mais recentemente, Henrique Nelson da Silva (2010) utilizou a documentação do Conselho Ultramarino, cartas, ofícios, consultas, requerimentos e Compromissos de irmandades, livros de Vereação da Câmara do Recife e diversos documentos da Irmandade de São José do Ribamar, como os Livros de Atas, Livro de Receitas e Despesas e Livro de Entrada dos Irmãos para identificar o perfil dos artífices em atividade no Recife durante o século XVIII. Nesse trabalho, o autor também discutiu a organização social desses artesãos, o funcionamento de suas redes e a transmissão de suas tradições. Utilizando, em boa medida, o mesmo corpo documental, Renata Barbosa (2015) focalizou a mesma irmandade com o objetivo de compreender como os confrades estavam organizados profissionalmente e como eram valorados na vila do Recife ao longo do século XVIII.

Já o professor Marcelo Mac Cord (2005, 2009 e 2012) privilegia a fase oitocentista da Irmandade de São José do Ribamar, nesse período reconfigurada como Sociedade de Artes Mecânicas. Já nos trabalhos de 2013, 2014 e 2020, lança luz sobre como era ser artífice mecânico no Recife Oitocentista a partir da trajetória de personagens de relevo, como o escultor Antonio Benvenuto Cellini, o mestre pedreiro Francisco José Gomes de Santa Rosa e os mestres alemães Theodoro Rampk (mestre de obras) e Remigio Kneip (marceneiro).

Por fim, o trabalho mais recente que rendeu bastante subsídios para esta pesquisa é o de Bruno Alves (2021), que desenvolveu um estudo aprofundado sobre a Repartição de Obras Públicas entre os anos de 1837 e 1850. Seu foco é a estrutura administrativa da repartição, o projeto de modernização empreendido por Rego Barros e a complexidade que envolvia os canteiros de obras, marcados pela presença massiva de diversas “categorias” de trabalhadores, como cativos, nacionais livres, libertos, presos ferropedados e estrangeiros. Amparado principalmente na documentação da própria repartição, presente na coleção *Obras Públicas* do Apeje, e nos arquivos do *Diario de Pernambuco* e do *Diario Novo* disponibilizados pela Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, o autor argumenta que a repartição foi o órgão público que recebeu maior investimento governamental durante a presidência de Rego Barros, sendo por isso alvo constante de denúncias de corrupção e exclusivismo feitas no *Diario Novo* pelos opositores.

Para a análise dos dados recolhidos nesses trabalhos, utilizamos o método qualitativo, cotejando aqui e ali aqueles pertinentes ao nosso tema. Considerando que todas essas pesquisas mergulharam fundo na história do trabalho manual no Recife dos séculos XVI ao XIX, cada uma a seu modo e conforme seus objetivos nos serviram como fonte para compreendermos melhor o contexto social, político e econômico em que viviam os artífices mecânicos. Adicionalmente, consultamos outros estudos a fim de enriquecer nosso banco de dados, como os trabalhos de Rita de Cássia Araújo (2007), Raimundo Arrais (2004), Paulo Cadena (2011, 2018), Bruno Câmara (2005) e os diversos trabalhos do professor Marcus de Carvalho (2003a, 2003b, 2010, 2011, 2014 e 2017), entre outros, todos indicados na seção *Mais informações*, que encerra os capítulos do produto.

Importa registrar que a maior parte desta pesquisa se desenvolveu em meio ao fechamento dos arquivos públicos decorrente da pandemia de covid-19, que se alastrou pelo mundo a partir de março de 2020. Esperávamos encontrar os artífices canteiros em livros de matrículas, atas de reuniões, livros de receitas e despesas, etc. disponibilizados nos arquivos

utilizados nos trabalhos indicados acima. Apesar disso, conseguimos reunir um corpo documental relevante a partir da pesquisa realizada nos arquivos virtuais do *Diario de Pernambuco* e do *Diario Novo*, os quais acabaram por nos fornecer nossas principais fontes primárias. Seguimos na perspectiva da professora Tania Regina de Luca, para quem é indiscutível “a riqueza da fonte periódica e suas múltiplas possibilidades de abordagem” (LUCA, 2008, p. 129). Nesse raciocínio, precisamos ter ponderação metodológica para não incorrerem no que a professora chamou de “uso instrumental e ingênuo dos periódicos”, como se eles fossem “meros receptáculos de informações a serem selecionadas, extraídas e utilizadas ao bel prazer do pesquisador” (2008, p. 116). Em outras palavras, chegamos ao famoso pensamento de Marc Bloch: o historiador sabe “que suas testemunhas podem se enganar ou mentir. Mas, antes de tudo, preocupa-se em fazê-las falar, para compreendê-las” (2002, p. 96).

A opção pelo *Diario de Pernambuco* e pelo *Diario Novo* se deve ao fato de serem os principais periódicos em circulação no Recife entre 1842 e 1849, período que compreendeu o chamado *Movimento da Praieira*, quando esses jornais foram utilizados como verdadeiros instrumentos de luta político-partidária. Martins (2013a) ressalta que, naquele contexto, liberais e conservadores possuíam tipografias próprias, nas quais imprimiam uma folha principal diária que eventualmente se desdobrava em publicações de menor porte que ora eram suspensas, ora eram reativadas. A Tipografia Imparcial, que imprimia o *Diario Novo* (1842-1849), representava o grupo liberal e fazia forte oposição ao governo conservador de Rego Barros. Já a Tipografia de Manuel Figueiroa de Faria, mais tarde Tipografia União, produzia o *Diario de Pernambuco*, órgão oficial do Partido Conservador.

Os jornais nos mostram os indivíduos enquanto alvos de contendas, principalmente no caso dos artigos de opinião, em geral publicados de maneira anônima. Mostram, também, os indivíduos como vendedores de produtos e serviços, funcionários da administração pública, trabalhadores inseridos nos canteiros de obras, importadores de cargas oriundas do estrangeiro. Uma das grandes questões ao utilizar os jornais como fonte foi não correr o risco de “perder a complexidade das relações que ligam um indivíduo a uma sociedade determinada” (GINZBURG; PONI, 1989, p. 173).

Dando continuidade, realizamos leituras acerca do contexto histórico e dos acontecimentos referentes a outras searas sociais no período determinado (1837–1850), sobretudo na Província de Pernambuco. Assim, além dos trabalhos citados acima, buscamos relatos de viajantes e obras nas quais há análises a respeito da política, do comportamento, da

economia, das inovações, do cotidiano, da formação do mercado de trabalho, das implicações das leis antiescravistas para a sociedade como um todo, entre outros temas que marcaram o Recife da primeira metade do século XIX. Esta etapa contemplou, também, a consulta a documentos públicos e bases de dados virtuais que oferecem informações referentes à temática estudada, como o portal Enciclopédia Itaú Cultural (onde encontramos a fotografia da Rua do Crespo feita por Auguste Stahl Albúmen) e a Biblioteca Brasileira (onde encontramos as litografias de Luis Schlappriz, entre outros), que muito nos serviram para ilustrar os quatro capítulos do produto.

Ao estudar o ofício da cantaria e os artífices canteiros, um grupo restrito, esta investigação se caracteriza, como diriam Ginzburg e Poni “pela análise extremamente próxima de fenômenos circunscritos” (1989, p. 172). Assim, sendo a cantaria e os canteiros nosso objeto, empreendemos uma busca por ela nos arquivos dos jornais citados e aplicamos nosso recorte temporal. Esse primeiro passo nos revelou diversos dados importantes, como os registros das importações de pedra feitos na Alfândega. Cercando nosso objeto para um pouco além do recorte temporal, foi possível fazer uma análise serial dos registros de importação de pedras de 1825 a 1859, o que nos permitiu inferir que os anos de governo de Rego Barros (1837-1844) marcaram o apogeu do emprego da cantaria exótica no Recife, pois foi o período de importação de pedras mais intenso. Ou seja, a aplicação do método onomástico “não fecha necessariamente a porta à indagação serial. Serve-se dela” (ibid., p. 175).

No entanto, considerando que o âmbito da nossa investigação é bastante circunscrito, “as séries documentais podem sobrepor-se no tempo e no espaço de modo a permitir-nos encontrar o mesmo indivíduo ou grupos de indivíduos em contextos sociais diversos” (ibid., p. 173-174). O ponto de partida é sempre o nome. Mas o nome não precisa se restringir aos indivíduos. Ginzburg e Poni alertam para o fato de que o método pode ser estendido para além das fontes puramente demográficas. Nesse sentido, a partir dos registros de importação de pedras de cantaria encontramos o nome dos consignatários das cargas. Aqui, vimos a história “por cima”, na perspectiva da elite. Com esse nome, foi possível encontrar seu inventário, o registro de suas propriedades, seu círculo familiar mais próximo, as estratégias matrimoniais nas quais se envolveu, selando compromissos de diferentes ordens com famílias aliadas ou afins. Nos jornais, os indivíduos que tiveram uma vida publicamente exposta, como políticos, comerciantes de grosso trato, capitalistas, encarregados de obras públicas, revelam-se com facilidade. O nome se destaca, de fato, como uma “bússola preciosa”, e aos poucos revela as biografias e as redes de relações que as circunscrevem (ibid., p. 176). Assim, encontramos

Francisco Antônio de Oliveira, o Barão de Beberibe, político influente, ex-cunhado de Angelo Francisco Carneiro, este um conhecido traficante de cativos, um dos homens mais ricos da província naquele tempo. Ambos eram envolvidos com diversas obras públicas, como o Teatro de Santa Isabel, de cuja comissão de obras fizeram parte, juntamente com José Ramos de Oliveira, outro político cuja fortuna vinha do comércio de gente. Ou seja, “encontramos dados seriais (em geral de período curto, mas nem sempre) com os quais é possível reconstruir o entrelaçado de diversas conjunturas” (ibid. p. 174).

Por outro lado, mas neste mesmo contexto, a documentação nos revelou a necessidade de aprofundar a pesquisa em torno dos 195 artífices alemães que foram contratados pelo presidente Rego Barros em 1839. O objetivo: identificar entre eles quem eram os canteiros. Nesse momento, os trabalhos de Guilherme Auler (1959) e Gilberto Freyre (1960) foram fundamentais, fornecendo dados de grande relevância para o conjunto da pesquisa. Nesse momento, olhamos a história “por baixo”, na perspectiva de dois artífices mecânicos que, apoiando-nos nas palavras de Edoardo Grendi, foram “excepcionais normais”.

C. Baumberger e J. Lindemeyer, os dois únicos que se autodenominaram canteiros (ou assim foram indicados na lista de todos os passageiros da galera Creole, a embarcação que os trouxe de Hamburgo). Mas não são eles os excepcionais. Infelizmente, não temos informações sobre sua atuação. Como não há referência a esses agentes nos jornais, é provável que desempenharam trabalhos menos relevantes, no âmbito da administração pública. Os excepcionais são André Zacher e André Wilmer, agentes que, apesar de serem identificados na lista da Companhia de Operários como carpinteiro e pedreiro, respectivamente, desempenharam papel importante no que se refere ao ofício da cantaria. Ambos aparecem em diversas situações às voltas da construção do Teatro de Santa Isabel, citados normalmente em ofícios relativos ao andamento das obras do teatro e em artigos anônimos nos quais tiveram sua atuação criticada. Percebemos aí um novo paradigma, saltando da análise quantitativa — que, modo geral, rotula os artífices mecânicos como grupo subalterno — para a análise qualitativa, investigando dois casos excepcionais.

A análise dos dados indica que, por um lado, Zacher foi um artífice extremamente versátil, sendo referido como mestre carpina do Teatro de Santa Isabel, arquiteto e canteiro. Por outro, um homem ambicioso, ávido pelo desejo de acumular fortuna. Alvo de críticas, arrematava o máximo que podia, realizando diversos serviços simultaneamente para particulares e na Repartição de Obras Públicas. Em agosto de 1844, por exemplo, em artigo publicado no *Diario Novo* assinado anonimamente por *W*, é criticado por trabalhar, ao mesmo

tempo, na repartição “como mestre carpina com o diminuto jornal de 2\$400 rs., sendo ja mestre de obra do teatro, com vencimento de 2\$ rs. por dia, onde cotidianamente trabalha, e segundo nos parece tãobem mestre do Arsenal da Marinha com 2\$500 rs.!”⁷. E tudo com o consentimento de Vauthier. A crítica segue com a acusação de que, na verdade, tantos serviços simultâneos decorriam do fato de que Zacher os realizava para particulares, mas com pagamento pela tesouraria da fazenda pública, o que, segundo o autor, era uma prática corriqueira entre os artífices da Companhia de Operários. Bruno Alves (2021, p. 124) acredita que a incorporação de Zacher na ROP, sua amizade com Vauthier e a boa relação de trabalho tecida com a malha política que cercava os canteiros de obras do Teatro de Santa Isabel possibilitaram-lhe o estabelecimento de uma rede de negócios e sociabilidade bastante significativa. Assim, um mês depois, ele volta a ser atacado no *Diario Novo*. No artigo, “O inimigo da ambição” repete as críticas sobre o acúmulo extraordinário de trabalhos e o acusa de não deixar “escapar o mais ridículo negócio, tracto, ou empreitada [...] deste ou d’aquele artista tambem habil, atravessa-lhe o ajuste muitas vezes quasi concluído, obrigando-se a fazel-o por menos uma bagatela, tomando até mesmo sob sua responsabilidade empreitadas de obras de pedreiro (do que nada entende) sendo elle carpina”⁸. É nesse contexto que, em dezembro de 1847, Zacher fica encarregado de preparar as pedras de cantaria destinadas às obras da cadeia pública⁹. No entanto, Joaquim Claudio Monteiro, administrador do teatro, refere-se a ele como arquiteto e louva seu zelo e seu interesse pelo serviço público, “mostrando-se não só assiduo no desempenho de suas obrigações , como esmerado em excedê-las pela sua inteligência, dedicação, e muito boa vontade”¹⁰. Segundo Monteiro, André Zacher iria à Europa no mês seguinte para tratar de um problema de saúde, por isso pediu-lhe que priorizasse ações que necessitavam indispensavelmente do seu acompanhamento. Ainda nessa publicação, o administrador do teatro alega atraso da obra, entre outros motivos, devido às dificuldades de importação das pedras de cantaria.

André Wilmer, por sua vez, também se envolveu em várias obras. Em 1843, com a morte do engenheiro alemão Augusto Kersting, passou a dirigir as obras da Companhia do Beberibe¹¹, arrematou as obras da Ponte do Bujary em 1846¹², participou da “obra gigantesca do melhoramento porto” em 1849, contratado diretamente por Manoel Vieira Tosta, então

⁷ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario Novo*. Recife, 26 de agosto de 1844.

⁸ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario Novo*. Recife, 24 de setembro de 1844.

⁹ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario Novo*. Recife, 30 de dezembro de 1847.

¹⁰ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario Novo*. Recife, 25 de maio de 1848.

¹¹ HEMEROTECA DIGITAL. *Diario de Pernambuco*. Recife, 13 de maio de 1843.

¹² HEMEROTECA DIGITAL. *Diario Novo*. Recife, 9 de março de 1846.

presidente da província. No relatório do dia 2 de julho, Tosta expõe que pediu ao governo geral a contratação de “um mestre pedreiro sufficientemente pratico e habilitado”, não duvidando “empregar neste lugar o muito conhecido nesta provincia André Wilmer, marcando-lhe uma gratificação mensal de 150,000 rs”¹³. O dado mais relevante sobre Wilmer, para esta pesquisa, é o fato de ele ter trabalhado contra a utilização das pedras de cantaria nas construções, sobretudo devido ao seu alto custo. Por esse motivo, teria atuado no sentido de substituí-las em algumas das obras em que participou por um composto artificial que, segundo ele, teria a mesma consistência das pedras naturais¹⁴. Provavelmente, esses compostos eram produzidos a partir de uma argamassa à base de cimento, matéria-prima importada para a província pelo menos desde 1842¹⁵. O próprio Wilmer chegou a importar e vender cimento em 1843, o que sugere certo empenho e protagonismo na utilização desse produto em substituição às pedras lavradas, uma vez que esse produto era uma novidade por aqui¹⁶. A bem da verdade, seus argumentos eram bastante convincentes: as “pedras artificiais” — como ele chamava o tal composto — eram resistentes, práticas e custavam muito menos que as importadas. Sua utilização, de fato, eliminaria incontáveis problemas. Repare bem: quando foi contratado como arquiteto pela Irmandade do Santíssimo Sacramento para gerir as obras do frontispício da Igreja Matriz da Boa Vista em 1841, Wilmer se deparou com diversos obstáculos. O primeiro deles foi transportar as pedras das margens do rio para o canteiro de obras, no fim do aterro. Até então, as pedras estavam armazenadas em um aterro com cais construído pela Irmandade na margem do rio ao lado da Ponte Velha, onde colocaram as máquinas (que deveriam ser pequenos guindastes) “a fim de levantar e retirar de bordo as pesadíssimas pedras” (PIO, 1967, p. 31). Para se ter uma ideia, a densidade aparente do lioz é de 2.700 kg/m³ (MOURA; CARVALHO, 2007, p. 327). Somente quando os irmãos levantaram o dinheiro necessário para pagar o frete, as pedras foram transportadas de carroças pelo atoleiro até o aterro da Boa Vista. Preocupado com os sucessivos problemas, o mestre alemão escreveu um ofício à Irmandade propondo que o frontispício fosse construído não com pedra de cantaria, mas com tijolos, que seriam

¹³ HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 15 de julho de 1849.

¹⁴ HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 1 de junho de 1847.

¹⁵ O primeiro registro de importação de cimento que encontramos foi publicado no *Diario de Pernambuco* em 1842 (uma carga de 4 barricas consignadas a N. O. Bieber & C.). Os dados encontrados no *Diario de Pernambuco* entre 1840 e 1849 revelam que Nicolao Otto Bieber realizava importações de diferentes gêneros oriundos de Lisboa, Nova York, Hamburgo, Cete, Gênova, Gibraltar, Antuérpia, etc.) pelo menos desde 1829. Esses produtos eram leiloados na sua casa, localizada na Rua da Cruz, número 63. Cf. HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 27 de agosto de 1842.

¹⁶ Em 1843 há o registro de importação de 70 barricas de *simento* ao mestre pedreiro André Wilmer (cf. HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 15 de novembro de 1843) e um anúncio em que ele oferece o produto para venda (cf. HEMEROTECA DIGITAL. **Diario Novo**. Recife, 28 de novembro de 1843).

rebocados com cal hidráulica, que daria resistência à construção e criaria o aspecto de mármore. Segundo ele, a intenção era economizar, pois o plano inicial, com pedras importadas, custaria 137.626\$000, e o seu custaria 38.680\$000, isto é, quase cem contos de réis a menos (PIO, 1967, p. 32). Para termos uma ideia, apenas o custo com direitos, fretes e transportes das pedras até a obra, pelo plano de Lisboa, somava 80 contos de réis, quantia suficiente para se adquirir, aproximadamente, cem cativos especializados em algum ofício¹⁷. A estratégia não funcionou, pois, como sabemos, o frontispício é composto todo de cantaria de Lisboa.

Mas esses eram apenas alguns entraves ao uso das pedras importadas. Além desses pontos, precisamos considerar diferentes cálculos temporais. O ponto de partida era a criação de um projeto, no qual se especificavam todos os detalhes, como o tipo de entalhe, medidas, formas e, até mesmo, a cor das pedras que seriam utilizadas.

O segundo ponto era a realização da encomenda, que era feita normalmente a emissário ou a algum atravessador em Lisboa, como Joaquim Elias Xavier, famoso negociante que mantinha relações comerciais com a nobreza da terra de Pernambuco. Hábil capitalista, Xavier se envolvia com todo tipo de negócio, da venda de açúcar em Portugal ao tráfico negreiro (CADENA, 2018). É nesse contexto que o encontramos, em 1839, negociando em Lisboa a primeira encomenda de pedras de cantaria para o novo frontispício da Igreja Matriz da Boa Vista (PIO, 1967, p. 27) e, em 1847, intermediando um dos últimos lotes destinados à fachada do Teatro de Santa Isabel¹⁸. Na longa cadeia produtiva da pedra de cantaria, o atravessador contratava o artífice canteiro que seria responsável pela execução do projeto. Daí em diante, mais cálculos temporais. A encomenda das pedras brutas na pedreira, a extração, o transporte delas para a oficina, o desbaste realizado pelos oficiais menos graduados, a escultura e o acabamento feitos pelos mestres (LEITE, 2003). Quando o trabalho estava “pronto”, na verdade não estava. Havia ainda um longo percurso pela frente: era preciso transportar as pedras das oficinas para cais do porto e do cais para a embarcação, que atravessaria o Atlântico. No porto do Recife, o caminho inverso: desembarcá-las e registrá-las na Alfândega. O imposto de importação: 50% do valor da carga, conforme o Decreto nº 376, de 12 de agosto de 1844¹⁹. Da

¹⁷ De acordo com a pesquisa feita por Albuquerque (2016, p. 91), ao morrer, em 1848, Izabel Maria da Costa Ramos, viúva de José Ramos de Oliveira, deixou para seus dois filhos uma fortuna calculada em 633:695\$972 réis. Na avaliação registrada no inventário, o Engenho Salgado contava com 117 escravos, que contabilizavam um total de 44:060\$000 rs. O escravo de maior valor tinha 30 anos, exercia a função de ferreiro e foi avaliado em 800 mil réis. O engenho, por sua vez, foi calculado em 140:795\$000 réis (cf. IAHP, **Inventário de Izabel Maria da Costa Ramos**, 1849).

¹⁸ HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 15 de março de 1847.

¹⁹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 11 de setembro de 1844.

Alfândega, seguiam de carroça para o canteiro de obras, onde finalmente seriam montadas, conforme o projeto, por um artífice experiente.

Como se vê, os custos financeiros e humanos envolvidos em toda a cadeia logística eram vultosos: cada uma dessas etapas tinha preço e prazo, que podiam variar conforme as situações. Essas barreiras eram tão evidentes que em 1846 o empresário inglês José da Maya apresentou à Assembleia Provincial um requerimento no qual pedia o direito de construir e explorar com a exclusividade de seis anos o que seria a solução para todos os problemas: uma máquina de lavar pedras movida a vento²⁰.

Por fim, encerrando essa discussão teórico-metodológica, restava uma questão de ordem subjetiva que passou boa parte da pesquisa sem solução. O ponto é que, já no final de 1839 Câmara Municipal aprovou as Posturas Adicionais nas quais tratava da “Da Architectura, Regularidade, e Aformoseamento da Cidade”²¹. Em linhas gerais, o documento reflete a preocupação do governo em impor normas rígidas para as novas construções com o objetivo de conter a falta de padrão e regularidade que imperava nas ruas da cidade, dando a impressão de que cada casa foi construída conforme o desejo do dono, sem atender à conveniência pública (WATERTON, 1904). Vários trechos dessas Posturas Adicionais chamam a atenção. No que se refere ao nosso objeto, destacamos o artigo 10, que determinava que “as frentes das cazas serão guarnecidas de cordão na altura das soleiras, e tanto estas, como o cordão, vergas, e ombreiras serão de pedra de cantaria”, e as excessivas punições infligidas aos contraventores (para os mestres, multa e/ou detenção de oito dias; para os proprietários, dependendo da infração, apenas multa de até 30 mil réis, uma quantia relevante para a época).

A análise dos registros de importação constantes no Apêndice deste trabalho revelou que, a partir da promulgação dessas posturas, os registros de importação de pedras cresceram vertiginosamente, tendo seu auge entre os anos de 1840 e 1844. No entanto, a partir de 1845 percebemos um movimento de retração nas importações de pedras. Em 1846, como vimos, já se falava da necessidade de se construir uma máquina para lavar pedras, e em 1847 encontramos o mestre pedreiro André Wilmer substituindo as pedras de cantaria pelo que chamava “pedras artificiais”. Chegamos à questão subjetiva que atrapalhava a utilização das pedras. A pergunta que nos perseguiu: o que houve nesses anos que inibiu a aplicação das rigorosas punições determinadas nas Posturas Adicionais? A resposta está no trabalho de Bruno Alves (2021). A reflexão proposta por ele nos ajudou a entender que, além dos entraves

²⁰ HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 13 de novembro de 1846.

²¹ HEMEROTECA DIGITAL. **Diario de Pernambuco**. Recife, 31 de outubro de 1839.

materiais que prejudicavam a cantaria, a instabilidade política que marcou os anos que antecederam a Revolução Praieira também atingiu o ofício. Os indícios sugerem que, com a ascensão dos liberais ao poder em 1844 e o conseqüente desmonte da Repartição de Obras Públicas, a fiscalização das normas impostas pelas Posturas Adicionais se tornou inviável e o ofício da cantaria entrou em vertiginoso declínio.

Ao longo da pesquisa, percebemos, portanto, que a campanha modernizadora empreendida pelo presidente Francisco do Rego Barros a partir de 1837 representou o auge do ofício da cantaria no Recife, o que ficou evidenciado nos registros de importação de pedras lavradas sobretudo até o final da sua gestão, em 1844, quando ascendeu ao governo o liberal Antônio Pinto Chichorro da Gama. Sob o domínio da *Praia*, a Repartição de Obras Públicas passou por um verdadeiro desmonte, o que representou, na prática, a impossibilidade de se fiscalizar a aplicação das Posturas Adicionais, que, entre outras disposições, determinava a utilização de pedras de cantaria em soleiras, cordões, vergas e ombreiras. Com o afrouxamento da fiscalização e os diversos entraves que dificultavam a utilização das pedras lavradas, elas passaram a ser substituídas, gradativamente por “pedras artificiais”, o que levou ao declínio do ofício a partir de 1845. Desse modo, inaugurado em 1850, o Teatro de Santa Isabel foi o exemplo maior do desejo modernizador, mas foi também a última grande obra pública do Recife em que se utilizou largamente as pedras de cantaria até 1850.

3. DISCUSSÃO SOBRE O FORMATO

Este trabalho teve como objetivo a produção de um livro de divulgação com título homônimo. A escolha por esse gênero tem como base a concepção sociointeracionista da língua e do discurso (BRONCKART, 2009; SCHNEUWLY, 2004), o que pressupõe uma abordagem a partir de práticas discursivas sociais, culturais e históricas situadas. Nessa perspectiva, entendemos que o conhecimento é desenvolvido em atividades coletivas sociais e mediatizadas por interações verbais.

Assim, a opção pelo gênero textual segue os critérios propostos pelos autores indicados acima e considera quatro dimensões de abordagem: 1. a **psicológica** (observa as motivações, a afetividade e os interesses do público-alvo); 2. a **cognitiva** (considera a complexidade do tema e o estatuto do conhecimento do público-alvo); 3. a **social** (envolve a densidade social do tema e suas potencialidades); e a **didática** (considera que o tema não seja excessivamente cotidiano, mas não tão complexo que não possa ser apreensível).

Como livro de divulgação, o produto desta pesquisa tem como público-alvo pessoas em geral interessadas no tema, não necessariamente especialistas em História. Por esse motivo, buscamos atingir, o máximo possível, clareza e objetividade textual. Adicionalmente, procuramos enriquecer a exposição com imagens, legendas e textos complementares, inclusive virtuais.

Como o Recife é uma cidade marcadamente turística, o produto pode ser especialmente interessante para turismólogos, pois traz informações de grande relevância sobre a cidade e alguns de seus pontos turísticos. A intenção é apresentar ao público, mesmo o próprio cidadão recifense, uma perspectiva diferente sobre a cidade, despertando seu olhar para as pedras de cantaria presentes nas mais diversas construções e, sobretudo, no Teatro de Santa Isabel. Desse modo, o livro pode ser aplicado tanto no próprio teatro quanto nos diversos pontos turísticos da cidade e bibliotecas.

4. APRESENTAÇÃO DO PRODUTO

Ao longo do livro, o tema é exposto de forma a deixar claro o percurso de apogeu e declínio do ofício da cantaria no Recife do final da primeira década do século XIX. Para alcançar essa meta, optamos por dividi-lo em quatro capítulos.

No **Capítulo 1**, fizemos uma retrospectiva da utilização construtiva das pedras em diversas regiões do mundo. Partimos de lugares onde podemos encontrar a pedra como vestígio material dos seres humanos na Pré-História e chegamos ao seu uso nas construções civis, religiosas e militares da primeira metade do século XIX. Foi uma revisão bastante breve, mas muito importante para entendermos o seu uso na primeira metade do Oitocentos.

No **Capítulo 2**, traçamos um panorama do Recife na primeira metade do Oitocentos. Aqui fizemos o percurso observando a lama e o caos, isto é, a configuração física da cidade, cercada por rios, mangues e alagados, e as turbulências políticas, econômicas e sociais que, durante esses anos, davam-lhe o aspecto de caos. Nesse contexto, analisamos o governo de Francisco do Rego Barros, enfatizando, principalmente, suas ações com vistas à modernização da cidade, como a contratação de artífices estrangeiros e do engenheiro francês Louis Léger-Vauthier.

Continuando nosso caminho, no **Capítulo 3** conhecemos mais detalhadamente o ofício da cantaria e refletimos sobre a condição social dos artífices canteiros no Recife da primeira metade do século XIX. Falamos, também, sobre o estigma social que os marcava como trabalhadores mecânicos, isto é, “que não usavam o intelecto”, como se acreditava na época (CUNHA, 2005), e conhecemos dois artífices germânicos que fizeram parte da Companhia de Operários contratada por Rego Barros em 1839. A análise desenvolvida revela que a atuação desses personagens foi decisiva para o destino do ofício da cantaria.

Chegando ao final, abordamos o declínio do ofício no **Capítulo 4**. A abordagem aqui foi muito proveitosa porque, além de detalharmos as importações de pedras, seu auge e seu declínio, conhecemos alguns agentes históricos bastante interessantes, como o engenheiro francês Louis-Léger Vauthier e o professor José da Maya, que planejou uma invenção bastante inusitada: uma máquina de lavrar pedras movida a vento. Vimos, também, um pouco da construção do Teatro de Santa Isabel, que foi inaugurado em 1850, depois de uma construção que se arrastou por quase dez anos, sendo as pedras de cantaria repetidas vezes apontadas como causa do atraso. Nessa visita, mostramos que a importação dessas pedras contou com a participação do dinheiro proveniente do tráfico de escravos.

Durante a concepção do livro, procuramos inovar a abordagem enriquecendo o texto principal com informações complementares disponibilizadas em ambientes virtuais. Assim, criamos o boxe *Recurso virtual*, que traz para o leitor conteúdos audiovisuais por meio de códigos QR. Adicionalmente, com o objetivo de didatizar o texto, inserimos o boxe *Glossário* ao longo de toda a exposição, trazendo informações relevantes sobre termos específicos cujo sentido pode eventualmente escapar ao conhecimento do leitor não especializado.

5. APLICAÇÃO DO PRODUTO

Como livro de divulgação, o produto será utilizado como material de consulta, disponibilizado na forma impressa e virtual. A impressão será feita em papel *offset* de 75 g/m², com cartão de capa de 250 g/m². As medidas são 27,5 cm de altura por 20,5 cm de largura. A tiragem inicial será de 100 exemplares, disponibilizados principalmente na biblioteca da Unicap.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No livro *O sabor do arquivo*, Arlette Farge conta um pouco da sua experiência com arquivos judiciais da França do século XVIII. Em certo ponto, ela chama a atenção do leitor para uma obviedade para todo historiador: “o arquivo não escreve páginas de história” (FARGE, 2009, p. 14). De fato, quem conta a história é o historiador. É ingenuidade olhar as pedras de cantaria e achar que são somente pedras lavradas. Quando confrontadas com certas indagações, sua história passa a existir. Olhando as pedras da fachada do Teatro de Santa Isabel, por exemplo, não há como saber que sua história se conecta à tragédia que foi a escravidão. O que fizemos aqui, portanto, foi buscar respostas para indagações que nos perseguiram há anos. A missão era decifrar o que as pedras tinham a dizer e, a partir daí, contar a sua história. Nesse ponto, duas questões se colocam. A primeira é que, por essência, as pedras não dizem muito. Basicamente, mostram quem são (calcário, arenito, lioz) e de onde vieram (do solo, do mar, do além-mar). A segunda é que as indagações aqui propostas derivam da nossa leitura sobre o ofício. Fizemos as perguntas que nos inquietavam. Há muitas outras a se fazer.

Interessava-nos, também, contar a história dos canteiros, mas ainda não foi possível escrever essas linhas. A maior parte desta pesquisa se desenvolveu em meio ao fechamento dos arquivos públicos decorrente da pandemia de covid-19, que se alastrou pelo mundo a partir de março de 2020. Esperávamos encontrar esses agentes em livros de matrículas, atas de reuniões, livros de receitas e despesas, etc. disponibilizados nos arquivos utilizados nos trabalhos que consultamos, todos relacionados nas *Referências*. Apesar disso, conseguimos reunir um corpo documental relevante a partir da pesquisa realizada nos arquivos virtuais do *Diario de Pernambuco* e do *Diario Novo*. A partir delas, foi possível acompanhar os passos de personagens importantes, como os mestres artífices alemães André Zacher e André Wilmer.

Nesse sentido, contamos aqui uma ínfima parte dessa história. O historiador que pretender mergulhar no tema e em suas correlações realmente encontrará diversas questões ainda sem resposta. Mais ainda: os resultados aqui colocados se limitam ao recorte temporal e local propostos e se submetem à dinâmica transitória do fazer histórico, sendo, por esse motivo, provisórios. Há muito ainda a se pesquisar sobre a cantaria e os canteiros. Ao longo do estudo, encontramos, por exemplo, a exposição feita pelo presidente da Província das Alagoas, Felix Peixoto de Brito e Melo, ao vice-presidente Dr. Manoel Sobral Pinto, no ato de passar-lhe a

administração da província em maio de 1848. O presidente fez, então, um longo balanço sobre a situação da província, expondo a maneira como a encontrou e como a estava deixando. Ao se referir ao projeto de construção de uma cadeia, argumentou sobre a dificuldade de realizar tal obra, dado o baixo orçamento e a escassez de oficiais mecânicos. Assim, convidou o engenheiro Pedro José de Azevedo Shrambach para gerir a construção. Nas Alagoas, não havia canteiros nem pedras para a obra²². Ainda na Província das Alagoas, agora em 1870, encontramos André Wilmer como empreiteiro contratado para realizar obras públicas²³. Teria levado para lá suas “pedras artificiais”?

O que fica, então, é a alegria de contribuir de algum modo para a historiografia. Os dados aqui levantados lançam luz sobre um dos ofícios mecânicos mais importantes para a história da cidade e evidenciam a intrincada correlação entre ele e os mais diversos fatores que levaram ao seu declínio. A transformação das técnicas construtivas, o uso precoce do cimento, os custos altos envolvidos na confecção das pedras lavradas (ainda que extraídas localmente), a escassez de canteiros, as circunstâncias políticas, entre outros, apontam para substituição das pedras de cantaria em sua função primitiva: o uso estrutural. Assim, esperamos que os colegas historiadores encontrem aqui informações relevantes que os auxiliem em seus trabalhos, do mesmo modo que todos aqueles que vieram antes nos ajudaram.

E como toda pesquisa limitada por um recorte temporal, resta o interesse de saber o que aconteceu em seguida, de 1850 em diante, até 2021, quando, na restauração do Cruzeiro da Sé de Olinda, o mestre canteiro Hamilton Martins produziu uma “pedra artificial” semelhante ao arenito marinho. Mas tanto os propósitos quanto a técnica e os materiais utilizados foram diferentes daqueles de que se serviu André Wilmer quase duzentos anos antes. Cazuza diria ver “o futuro repetindo o passado”, mas o historiador não trabalha com repetição. Trabalha com continuidade. Por isso, não há como encerrar esta pesquisa sem antes convidar os colegas a continuarem essa história.

7. LISTAGEM DOS ACERVOS E FONTES

²² HEMEROTECA DIGITAL. *Diário Novo*. Recife, 18 de maio de 1848.

²³ HEMEROTECA DIGITAL. *Diário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1870.

CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, 12 de agosto de 1830

HEMEROTECA DIGITAL. Diário de Pernambuco.

HEMEROTECA DIGITAL. Diário Novo.

IAHGP, Inventário de Izabel Maria da Costa Ramos, 1849.

8. BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Aline E. de Biase. **De “Angelo dos retalhos” a Visconde de Loures: a trajetória de um traficante de escravos (1818-1858)**. 2016, 134f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife.

ALVES, Bruno Adriano Barros. **A Repartição de Obras Públicas da Província de Pernambuco: estrutura administrativa, projeto de modernização e canteiros de obras (1837-1850)**. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal de Pernambuco: CFCH, 2021.

ANDRADE, Manoel de Carvalho Paes de. **Fala do presidente da Província à Assembléia Provincial**. Diário de Pernambuco. Recife, 6 de abril de 1835. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=029033_01&pasta=ano%20183&pesq=%22incurrendo%20o%20vergonhoso%20espet%C3%A1culo%22&pagfis=7921. Acesso em: 26 dez. 2021.

ARAÚJO, Emanuel. **O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial**. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. **As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2007.

ARAÚJO, Roberto Antônio Dantas de. **O ofício da construção na cidade colonial: organização, materiais e técnicas (o caso pernambucano)**. Tese de doutorado. São Paulo: FAU, USP, 2003.

ARISTÓTELES. **Política**. 14.ed. Rio de Janeiro: Ediouro.

ARRAIS, Raimundo. **O pântano e o riacho: a formação do espaço público do Recife no século XIX**. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2004.

AULER, Guilherme. **A companhia de Operários (1839–1843): Subsídios para o estudo da emigração germânica para o Brasil**. Recife: Arquivo Público Estadual, Imprensa Oficial, 1959.

BACON, Francis. **Novo organum**. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 19.

BARBOSA, Renata B. de Freitas. **Ser artífice na América Portuguesa: trabalho e organização laboral no Recife setecentista**. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH, USP, 2015.

BEUNZA, José Maria Imizcoz; KORTA, Oihane Oliveri. **Economía doméstica y redes sociales: una propuesta metodológica**. In: BEUNZA, José María Imizcoz & KORTA, Oihane Oliveri (orgs.). **Economía doméstica y redes sociales en el Antiguo Régimen**. Madri: Sílex, 2010, p. 15-51.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o Ofício do Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2002.

BLUTEAU, padre D. Raphael (1638-1734). **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro.** Tomo I, 1713. Disponível no site: <http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00299210#page/251/mode/1up>. Acesso em: 27 abr. 2021.

BRONCKART, Jean-Paul. **Atividade de linguagem, textos e discursos: Por um interacionismo Sociodiscursivo.** Tradução de Anna Rachel Machado e Péricles Cunha. São Paulo: Educ, 2009.

CADENA, Paulo H. F. **Ou há de ser Cavalcanti, ou há de ser cavalgado: trajetórias políticas dos Cavalcanti de Albuquerque (Pernambuco, 1801–1844).** Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História: UFPE, 2011.

CADENA, Paulo H. F. **O vice-rei: Pedro de Araújo Lima e a governança do Brasil no século XIX.** Tese de Doutorado em História. Recife: CFCH, UFPE, 2018.

CÂMARA, Bruno Augusto D. **Trabalho livre no Brasil Imperial: o caso dos caixeiros de comércio na época da Insurreição Praieira.** Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Pernambuco: CFCH, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial.** Teatro de sombras: a política imperial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CARVALHO, Marcus J. M. de. De portas adentro e de portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. **Afro-Ásia**, [S. l.], n. 29-30, 2003a. DOI: 10.9771/aa.v0i29-30.21054. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21054>. Acesso em: 9 dez. 2021.

CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. **Revista Brasileira de História**, vol. 23, n. 45, julho, 2003b, pp. 209-238. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882003000100009>. Acesso em: 21 dez. 2021.

CARVALHO, Marcus J. M. **Liberdade: Rotinas e Rupturas do Escravismo**, Recife, 1822–1850. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

CARVALHO, Marcus J. M. Movimentos sociais: Pernambuco (1831–1848). In: **O Brasil Imperial**, volume II: 1831–1870. GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CARVALHO, Marcus J. M. O desembarque do menino conguguês Camilo em Pernambuco ou o comércio transatlântico de crianças escravizadas depois de 1831. In: **8º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.** Anais. Porto Alegre, 2017. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/8encontro/Textos8/marcusjoaquimmacie_ldecarvalho.pdf. Acesso em: 26 mar. 2021.

CARVALHO, Marcus J. M.; CÂMARA, Bruno Augusto Dornelas. A Rebelião Praieira. In: DANTAS, Monica (org). **Revoltas, motins e revoluções: homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX**. São Paulo: Alameda, 2011, pp. 357-389.

CARVALHO, Marcus J. M. de; MAIA, Clarissa Nunes. Recife, 1840-1880: políticas públicas e controle social”, in M. R. Batista e M. E. C Graf (orgs.). **Cidades Brasileiras II: Políticas Urbanas e Dimensão Cultural**. 1ed. São Paulo: IEB-USP-CAPES/COFECUB, 1999, pp. 72-88.

CORD, Marcelo Mac. **O Rosário de D. Antônio: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872**. Recife: Ed. UFPE, 2005.

CORD, Marcelo Mac. **Andaimos, casacas, tijolos e livros: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880**. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.

CORD, Marcelo Mac. **Artífices da cidadania: mutualismo, educação e trabalho no Recife Oitocentista**. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CORD, Marcelo Mac. **Antonio Benvenuto Cellini: a trajetória de um escultor da escravidão à liberdade**. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em:

<https://labhstc.ufsc.br/files/2013/04/Marcelo-Mac-Cord-texto.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CORD, Marcelo Mac. Francisco José Gomes de Santa Rosa: experiências de um mestre pedreiro pardo e pernambucano no Oitocentos. **Afro-Ásia**, [S. l.], n. 49, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21321>. Acesso em: 20 dez. 2021.

CORD, Marcelo Mac. Dois mestres de ofício alemães no Recife oitocentista: mundo do trabalho artesanal e sociabilidades cotidianas. **Almanack**, 1(25), 2020, pp. 1–39. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/alm/article/view/1399>. Acesso em: 17 dez. 2021.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. 2.ed. São Paulo: Editora Unesp; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

DEBRET. Jean Baptiste. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Trad. Sérgio Milliet. 2 Vols. São Paulo: Edusp, 1972.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009, p. 14.

FREYRE, Gilberto. **Um engenheiro francês no Brasil**. 1º tomo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.

FREYRE, Gilberto. In: AULER, Guilherme. **A companhia de Operários (1839–1843): Subsídios para o estudo da emigração germânica para o Brasil**. Recife: Arquivo Público Estadual, Imprensa Oficial, 1959.

GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. O nome e o como: troca desigual e mercado historiográfico. In: GINZBURG, Carlo; PONI, Carlo. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1989. pp. 169–178.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

GINZBURG, Carlo. **Os fios e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GOMES, Amanda Barlavento. **A trajetória de vida do Barão de Beberibe, um traficante de escravos no império do Brasil (1820 – 1855)**. 149 f. Dissertação (Mestrado em História) – Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2016.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. 2 ed. Governo do Estado de Pernambuco: SEC, 1978.

LEITE, Joaquim Cândido da Mota. A pedra e a arte de a bem talhar. A propósito de uma oficina de canteiro tradicional, no lugar de Cortegaça, Freguesia de Pêro Pinheiro, Concelho de Sintra. In: LEITE, Joaquim (Org.), **Cadernos de Patrimônio 2**. Sintra: Câmara Municipal, 2003.

LLERA, Ramón Rodríguez. **Breve história da Arquitetura**. Lisboa: Editorial Estampa, 2006.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008.

MARSON, Izabel Andrade. Monarquia, empreendimentos e revolução: entre o laissez-faire e a proteção à “indústria nacional” – origens da Revolução Praieira. In MARSON, Izabel Andrade; OLIVEIRA, Cecília H. L. de S. (org.). **Monarquia, liberalismo e negócios no Brasil: 1780-1860**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

MARSON, Izabel Andrade. **Movimento Praieiro: imprensa, ideologia e poder político**. São Paulo: Moderna, 1980.

MARSON, Izabel Andrade. **O Império do progresso: a Revolução Praieira em Pernambuco (1842-1855)**. São Paulo: Editora brasiliense, 1987.

MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de Império. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina (orgs.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013a.

MARTINS, Marina de Miranda. Do mar ao ultramar: a transmigração do lioz português para São Luís do Maranhão. In: **Revista de História da Arte e Arqueologia**. n. 19 Jan/Jun 2013b. pp. 101-115. Campinas: Unicamp. Disponível em: <https://www.unicamp.br/chaa/rhaa/downloads/Revista%2019%20-%20artigo%206.pdf>. Acesso em: 28 dez. 2021.

MELLO, Evaldo Cabral de. Canoas do Recife. In: MAIOR, Mário Souto. SILVA, Leonardo Dantas. (org.) **O Recife: quatro séculos de sua paisagem**. Série Descobrimentos – vol. 2. Recife: Fundaj, Ed. Massangana, Prefeitura da cidade do Recife, 1992.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos**. Recife: Editora Joaquim Nabuco, 1987.

MELLO, José Antônio Gonsalves de Mello. Capunga: crônica de um bairro recifense. In: SOUTO MAIOR, Mário; SILVA, Leonardo Dantas (orgs.). **O Recife: quatro séculos de sua paisagem**. Recife: Massangana, 1992, pp. 263-281.

MELLO, José Antônio Gonsalves de. **Diário de Pernambuco: Economia e sociedade no 2º Reinado**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 1996.

MOURA, Antonio Casal; CARVALHO, Cristina. Mármore e Calcários Ornamentais de Portugal. S.l.: National Institute of Engineering, Technology and Innovation – INETI, 2007. Disponível em: https://www.lneg.pt/wp-content/uploads/2020/05/Livro_Marmores_e_Calcarios_2007.pdf. Acesso em: 17 de maio de 2022.

PEREIRA DA COSTA, Francisco A. **Anais Pernambucanos: 1834-1850**. V. 10. Prefácio de Marcos Vinícius Vilaça. Aditamentos e correções de José Antônio Gonsalves de Mello. Recife: Fundarpe, 1985.

PEREIRA DA COSTA, Francisco A. In AULER, Guilherme. **A companhia de Operários (1839–1843): Subsídios para o estudo da emigração germânica para o Brasil**. Recife: Arquivo Público Estadual, Imprensa Oficial, 1959.

PIO, Fernando. **História da Matriz da Boa Vista e seu monumental frontispício**. Recife, UFPE, 1967.

PONCIONI, Claudia. **Pontes e ideias: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil**. Recife: CEPE, 2010.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. **Teatro Santa Isabel: Documentos para sua História**, v. 1 (1838-1850). Departamento de Documentação e Cultura, 1950.

QUINTAS, Amaro. **O sentido social da Revolução Praieira**. Rio de Janeiro: Atlântica Editora, 2004.

RAMINELLI, Ronald. **Viagens ultramarinas: monarcas, vassalos e governo a distância**. São Paulo: Alameda, 2008.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHNEUWLY. Gêneros e tipos de discurso: Considerações psicológicas e ontogênicas. In: **Gêneros orais e escritos na escola**. Tradução e organização Roxane Rojo e Gladís Cordeiro. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

SILVA, Henrique Nelson da. **Trabalhadores de São José: Artesãos do Recife no século XVIII**. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2010.

SOUZA, Fernando A. Guerra de Monjope: um engenho jesuíta. In: OLIVEIRA, Cláudia; GUETTI, Neuvânia Curty; SCOTT, Allen (orgs.). **Arqueologia de engenhos**, volume 2: tecnologias, produção e consumo. Recife: Editora UFPE, 2017.

TINOCO, Jorge. Introdução. In: ZERBETTO, Andrea; TORRES, Rodrigo (orgs.). **Mestres artífices de Pernambuco**: Cadernos de Memória. v. 3. Brasília: Iphan, 2012.

TOLLENARE, Louis-François de. **Notas dominicais tomadas durante uma viagem em Portugal e no Brasil, em 1816, 1817 e 1818**. Salvador: Progresso, 1956.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**: estudo sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

VAUTHIER, Louis-Léger. Diário íntimo. In PONCIONI, Cláudia. **Pontes e ideias**: Louis-Léger Vauthier, um engenheiro fourierista no Brasil. CEPE editora: Recife, 2010.

WATERTON, Charles. In: CARVALHO, Alfredo de. **Charles Waterton em Pernambuco 1816**. Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco. Recife, v. XI, n. 64, p. 726-33, dez. 1904.

ZERBETTO, Andrea; TORRES, Rodrigo (orgs.). **Mestres artífices de Pernambuco**: Cadernos de Memória. v. 3. Brasília: Iphan, 2012.

9. APÊNDICE

IMPORTAÇÕES DE PEDRAS REGISTRADAS NO *DIARIO DE PERNAMBUCO* E NO *DIARIO NOVO* (1830–1849)

De 1830 a 1839 – Nesse período, observa-se um movimento pequeno de embarcações, que normalmente traziam apenas um tipo de produto e não especificando a quantidade.

1. 11 pedras e 6 frades de cantaria – 27/01/1832
2. Pedras de cantaria – 10/09/1832
3. Pedras de cantaria (do Porto) – 04/01/1836
4. 12 sacadas de cantaria – 20/08/1836 (Aparece a seção *Alfandega das Fazendas*, com maior detalhamento da carga)
5. 2 pedras de cantaria – 27/01/1837
6. 22 pedras de cantaria – 06/02/1837
7. 52 pedras de cantaria – 13/05/1837
8. 48 pedras de cantaria – 24/11/1837
9. 357 pedras de cantaria – 22/01/1838
10. 4 caixas com 6 pedras de mármore e 17 pedras de cantaria – 05/04/1838
11. 17 pedras de cantaria – 05/04/1838
12. 45 pedras e lages de cantaria – 11/07/1838
13. 179 pedras de cantaria – data ilegível (edição 251 de 1838)
14. Pedras de cantaria – 23/08/1839 (seção *Movimento do Porto*, não especifica a carga)
15. 27 pedras de cantaria – 28/08/1839 (seção *Alfandega das Fazendas*)
16. 48 pedras de cantaria – 30/09/1839
17. 40 pedras de cantaria – 23/10/1839
18. 24 pedras de cantaria – 05/11/1839
19. 71 pedras de cantaria – 14/11/1839
20. 17 pedras de cantaria – 05/12/1839
21. 58 pedras de cantaria – 18/12/1839
22. 46 pedras de cantaria (do Porto) – 20/12/1839

De 1840 a 1849 – Seção: *Alfândega*

1. 46 pedras de cantaria – 20/02/1840
2. 73 pedras de cantaria – 20/02/1840
3. 11 pedras de cantaria – 07/03/1840
4. 32 pedras de cantaria – 07/03/1840
5. 711 pedras de cantaria – 17/03/1840
6. 60 pedras de cantaria – 18/03/1840
7. 247 pedras de cantaria – 19/06/1840
8. 21 pedras de cantaria – 09/07/1840
9. 307 pedras de cantaria – 15/08/1840
10. 133 pedras de cantaria – 15/09/1840
11. 122 pedras de cantaria – 05/10/1840
12. 322 pedras de cantaria – 14/11/1840
13. 50 pedras de cantaria – 05/01/1841
14. 14 pedras de cantaria – 05/01/1841
15. 50 pedras de cantaria – 08/02/1841
16. 41 pedras de cantaria – 02/09/1841
17. 676 lages de cantaria – 04/11/1841
18. 84 lages de cantaria – 04/11/1841
19. 2 pedras de cantaria a Victorino Jose de Souza Travassos – 02/04/1842²⁴
20. 50 pedras de cantaria a Manoel Joaquim Pedro da Costa – 14/04/1842
21. 164 pedras de cantaria a Mendes & Oliveira – 14/04/1842
22. 8 pedras de cantaria a Thomaz de Aquino Fonseca – 14/04/1842
23. 10 pedras de cantaria a Francisco Severianno Rabelo – 18/08/1842
24. 5 sacadas de cantaria a José Maria Pereira Ramos – 03/03/1843
25. 14 pedras de cantaria a Manoel Joaquim Pedro da Costa – 16/03/1843 (Diario Novo)
26. 2 pedras de cantaria a José Pereira Vianna – 08/04/1843 (Diario Novo)
27. 61 pedras de cantaria lavrada, teatro publico – 02/06/1843
28. 22 pedras de cantaria, a João José de Carvalho Moraes – 12/06/1843
29. 27 pedras com 329 palmos de cantaria lavrada, á João José de Carvalho Moraes – 01/07/1843

²⁴ A partir daqui, identificam-se os consignatários dos produtos. Até então, havia um consignatário para toda a carga da embarcação.

30. 5 pedras com 37 palmos de cantaria lavrada, á Francisco Augusto da Costa Guimarães – 01/07/1843
31. 4 pedras de cantaria a Victorino Ferreira de Carvalho – 24/10/1843
32. 9 pedras de cantaria a Manoel Joaquim Pedro da Costa – 20/11/1843
33. 60 pedras de cantaria ao Dez. Belmont – 20/11/1843 (Diario Novo)
34. 47 pedras de cantaria a José Ramos d'Oliveira – 29/11/1843
35. 15 pedras de cantaria a Francisco Severianno Rabello – 29/11/1843
36. 3 pedras de cantaria a Manoel Gomes da Silva Louroza – 19/01/1844
37. 33 pedras de cantaria lavrada a José Ramos de Oliveira – 22/03/1844
38. 83 pedras de cantaria lavrada a José Ramos de Oliveira – 28/03/1844
39. 86 pedras lavrada a José Ramos de Oliveira – 09/05/1844
40. 106 pedras de cantaria lavrada a José Ramos de Oliveira – 19/06/1844
41. 40 pedras de cantaria lavrada a José Ramos de Oliveira – 01/08/1844
42. 80 de cantaria lavrada, á João José de Carvalho Moraes – 15/01/1845
43. 10 pedras de cantaria lavrada a José de Carvalho Moraes – 31/01/1845
44. 50 pedras de cantaria lavrada a José Ramos de Oliveira – 31/01/1845
45. 28 pedras de cantaria a José Pereira da Costa – 25/05/1845
46. 6 pedras de cantaria lavrada a ordem – 30/06/1845 (Diario Novo)
47. 52 pedras de cantaria lavrada a José Ramos de Oliveira – 30/06/1845 (Diario Novo)
48. 65 pedras de cantaria a José Ramos de Oliveira – 02/10/1845
49. 7 caixotes de pedras de cantaria a Joaquim de Freitas Guimarães – 11/11/1845
50. 8 pedras de cantaria, 3 caixotes dita a Francisco Augusto da Costa Guimarães – 11/11/1845
51. 26 pedras de cantaria a José Ramos de Oliveira – 11/11/1845
52. 25 pedras de cantaria a José Ramos de Oliveira – 13/01/1846
53. 2 caixotes com lages de pedra, 10 pedras de cantaria a João Pinto de Lemos & Filho – 13/01/1846
54. 1 pipa com 50 pés cúbicos de cantaria, 3 pedras para bocal de um poço, a Francisco Gomes de Oliveira – 11/03/1846
55. 31 pedras de cantaria lavrada a Angelo Francisco Carneiro – 14/05/1847²⁵
56. 21 pedras de cantaria lavrada, para a Matriz da Boa-Vista – 14/05/1847

²⁵ Essas pedras foram utilizadas no Teatro Público, conforme officio enviado ao seu administrador pelo comendador Angelo Francisco Carneiro (cf. HEMEROTECA DIGITAL. **Diario Novo**. Recife, 31 de maio de 1847). Há outro officio do dia 19 de outubro de 1848.

57. 12 pedras de cantaria lavrada para a matriz da Boa-vista – 15/05/1847 (Diario Novo)
58. 31 pedras de cantaria lavrada, aos membros da comissão da igreja matriz da Boa-Vista – 01/09/1847
59. 8 pedras de cantaria lavrada a Thomaz de Aquino Fonseca – 19/10/1847
60. 13 pedras de cantaria lavrada a Angelo Francisco Carneiro – 11/02/1848
61. 4 pedras de cantaria a Thomaz de Aquino Fonseca – 07/04/1848
62. 4 caixotes de pedra de cantaria, a Viúva Ramos – 19/07/1848
63. 29 pedras de cantaria lavrada a Angelo Francisco Carneiro – 19/07/1848
64. 10 caixotes de pedras de cantaria a Nicolao Arbe (no Diario Novo aparece Nicoláo Arte) – 18/08/1848
65. 60 pedras de cantaria a Angelo Francisco Carneiro – 30/10/1848 (Diario Novo)
66. 2 pedras de cantaria a José Gonçalves da Fonte – 21/12/1848
67. 57 pedras de cantaria, a Angelo Francisco Carneiro – 12/03/1849
68. 4 pedras de cantaria a Policarpo José Layme – 12/12/1849